



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

30 de junho de 2017

	Pág.
Índice das Demonstrações Financeiras:	
Relatório da Administração	1
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9
Relação dos Administradores	24
Relatório do Auditor Independente	25

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação resultou na extinção da RCI CFI e no aumento de capital do Banco RCI Brasil, no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017, foi aprovado a distribuição de dividendos com base na Reserva para Reforço do Capital de Giro no montante de R\$210.000 (R\$494,53 para ações ordinárias e R\$543,98 para ações preferenciais, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

Na AGE realizada em 14 de julho de 2017 foi aprovado o pagamento dos dividendos no valor de R\$108.000 (R\$254,33 para ações ordinárias e R\$279,76 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro.

Na AGE realizada em 14 de julho de 2017 foi aprovada a proposta da Diretoria Executiva de distribuição de juros sobre o capital próprio do Banco RCI Brasil, no montante bruto de R\$44.000 (R\$103,62 para ações ordinárias e R\$113,98 para ações preferenciais, em reais por ação), que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$37.400 (R\$88,07 para ações ordinárias e R\$96,88 para ações preferenciais, em reais por ação).

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.169 milhões em 30 de junho de 2017, apresentando retração de -12,1% em relação a R\$1.331 milhões em 30 de junho de 2016. Essa redução, ocorreu, principalmente, em função do destaque de dividendos (conforme Nota Explicativa 18.b). O lucro líquido apresentado no período foi de R\$78,7 milhões em comparação ao prejuízo de R\$20,7 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2017, os ativos totais atingiram R\$9.651 milhões, e estão representados principalmente pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$8.234 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.324 milhões, representam uma carteira líquida de R\$6.910 milhões.

Em 30 de junho de 2017, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por: depósitos interfinanceiros no montante de R\$1.159 milhões, recursos de aceites cambiais em R\$1.071 milhões e letras financeiras em R\$3.139 milhões.

Conjuntura Econômica

O recente aumento das incertezas no campo político tende a postergar a aprovação das reformas fiscais, especialmente a da previdência social, o que vem intensificando as preocupações do mercado a respeito da saúde das contas públicas no médio e longo prazo. Por sua vez, a piora das perspectivas para o quadro fiscal pode reduzir a intensidade de recuperação da atividade econômica brasileira nos próximos anos, sobretudo devido a um menor crescimento dos investimentos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A despeito das incertezas no período recente, os principais ativos financeiros domésticos apresentaram um grau de deterioração muito inferior ao observado entre o segundo semestre de 2015 e o início de 2016. Por exemplo, a taxa de câmbio se desvalorizou em torno de 6% entre meados de maio e final de junho deste ano, um movimento muito mais suave do que a depreciação de 30% no outro período destacado. Dentre os principais fatores explicativos para essa maior resiliência da economia brasileira, a Administração notou: a trajetória consistente e sustentável da política econômica atual, que não deve ser revertida nos próximos meses, conduzida por uma equipe vista como muito experiente e hábil pelos principais participantes do mercado; a vulnerabilidade externa reduzida do país, tendo em vista os baixos déficits em transações correntes e elevadas reservas internacionais; e o ambiente internacional mais favorável, com perspectivas de maior crescimento e menor aversão a risco.

Com isso, a Administração continua acreditando em recuperação da atividade doméstica ao longo de 2017, ainda que a um ritmo bastante gradual. Conforme divulgado nas Contas Nacionais do IBGE, o PIB brasileiro expandiu 1,0% na passagem do 4T16 para 1T17, interrompendo uma longa série de oito trimestres consecutivos de contração. Vale ressaltar que este crescimento foi explicado, majoritariamente, pela expansão extraordinária das safras agrícolas no período (grande contribuição da produção de soja e milho), e não deve ser tratado como um ritmo médio de aumento nos próximos trimestres. Ainda assim, é possível ver sinais de avanço em vários outros setores da economia, tanto na indústria quanto em serviços, corroborando a avaliação de que o pior momento para a economia brasileira ficou para trás. Essa evolução mais favorável da atividade se apoia em elementos como (i) aumento dos salários reais, (ii) recuo do endividamento das famílias, (iii) alta dos termos de troca (ampliando a competitividade das exportações) e (iv) normalização dos estoques na maioria das cadeias produtivas. Logo, a Administração espera alta de 0,7% para o PIB em 2017.

Ainda no campo positivo, chama a atenção o sólido processo de desinflação na economia brasileira. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), por exemplo, registrou em junho a primeira deflação mensal em onze anos, levando o indicador acumulado dos últimos 12 meses a variar somente 3,0%, bem abaixo da meta oficial de inflação (4,5%). Esse processo de recuo inflacionário vem ocorrendo de maneira generalizada entre os componentes, e a Administração não espera mudanças significativas nesse quadro nos próximos anos – a expectativa para a variação do IPCA no fechamento de 2017 está ao redor de 4%. Em linha com esse cenário mais positivo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou, recentemente, a meta de inflação para 2019 e 2020 (para 4,25% e 4,00%, respectivamente, ante o alvo de 4,5% vigente até 2018). A Administração avalia de maneira muito positiva o estabelecimento de uma meta mais baixa, uma vez que essa medida, em um contexto de Bacen com grande credibilidade, ajuda a ancorar as expectativas e sinaliza convergência da inflação para patamares mais compatíveis com o padrão de outros países que adotam a política de metas.

A combinação entre inflação em queda e níveis ainda muito altos de ociosidade na economia (taxa de desemprego e utilização da capacidade instalada bem piores do que a média histórica) endossa a continuidade do ciclo de cortes na taxa de juros. Dessa forma, a Administração acredita que o Bacen levará a taxa básica de juros (Selic) a 8,5% a.a. até o final de 2017, o que deve ser o principal driver para o crescimento mais robusto da demanda interna em 2018.

Nesse sentido, apesar dos últimos dados do mercado de crédito (Nota de Política Monetária e Operações de Crédito do Bacen) terem frustrado as expectativas, sua composição continua corroborando um cenário de recuperação, já que as novas concessões para pessoas físicas - que representam um termômetro melhor do que o saldo para a tendência desse mercado - seguem em trajetória de alta, e os indicadores de atraso de curto prazo sinalizam que a elevação da inadimplência deverá ser pontual. Sendo assim, apesar do aumento das incertezas atrelado ao cenário político mais conturbado, a Administração mantém uma visão de que o efeito da queda de juros deverá prevalecer e o mercado de crédito apresentará melhora contínua nos próximos trimestres.

Por fim, a Administração projeta alguma desvalorização adicional da taxa de câmbio brasileira até o final deste ano, como reflexo do imbrólio político e dos desafios crescentes no campo fiscal. No entanto, além da solidez da política econômica e baixa vulnerabilidade externa do país, o comportamento mais previsível da economia global, marcado por grande liquidez, aceleração do ritmo de crescimento nas economias avançadas e recuo da aversão ao risco, deverá atuar como mecanismo limitador ao movimento de depreciação da nossa moeda. Portanto, a Administração projeta R\$/US\$3,50 para o final de 2017.

Outras Informações

O Banco RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no semestre findo em 30 de junho de 2017, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 11 de agosto de 2017.
O Conselho de Administração
A Diretoria

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante		4.375.103	4.414.713
Disponibilidades	4 & 19.e	40.937	37.084
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	161.040	197.566
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		161.040	197.566
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		256.263	272.475
Carteira Própria	5.a	253.553	223.297
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	2.710	49.178
Relações Interfinanceiras	6	287.376	281.204
Depósitos no Banco Central		287.376	281.204
Operações de Crédito		3.466.050	3.489.481
Setor Privado	8.c	3.025.636	3.300.242
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	510.265	267.215
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(69.851)	(77.976)
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.619)	(1.624)
Setor Privado	8.a	129.163	148.399
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(126.396)	(144.058)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(5.386)	(5.965)
Outros Créditos		133.683	100.055
Créditos Tributários	9.a	89.742	85.528
Rendas a Receber	19.e	3.420	2.515
Diversos	10	40.521	12.012
Outros Valores e Bens		32.373	38.472
Outros Valores e Bens		1.191	863
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		31.194	37.621
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.229.027	3.233.886
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		223.819	72.963
Carteira Própria	5.a	223.291	67.965
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	528	4.998
Operações de Crédito		2.552.403	2.646.518
Setor Privado	8.c	2.307.613	2.495.236
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	333.174	255.636
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(88.384)	(104.354)
Operações de Arrendamento Mercantil		2.450	3.104
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	8.a	195.316	220.336
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(184.996)	(209.105)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(7.870)	(8.127)
Outros Créditos		438.240	488.622
Créditos Tributários	9.a	264.904	267.713
Diversos	10	173.336	220.909
Outros Valores e Bens		12.115	22.679
Despesas Antecipadas		12.115	22.679
Permanente		2.046.680	2.403.617
Imobilizado de Uso	11	1.780	1.758
Outras Imobilizações de Uso		3.288	2.943
(Depreciações Acumuladas)		(1.508)	(1.185)
Imobilizado de Arrendamento	12	2.042.671	2.399.359
Bens Arrendados		1.975.156	2.321.473
Superveniência de Depreciação		886.885	1.095.102
(Depreciações Acumuladas)		(819.370)	(1.017.216)
Intangível	13	2.229	2.500
Outros Ativos Intangíveis		5.881	5.540
(Amortizações Acumuladas)		(3.652)	(3.040)
Total do Ativo		9.650.810	10.052.216

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Passivo Circulante		4.692.922	4.765.916
Depósitos		791.072	1.467.970
Depósitos à Vista		3.026	2.113
Depósitos Interfinanceiros	14.a	788.046	1.465.857
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	1.789.711	2.156.180
Recursos de Aceites Cambiais		550.982	500.949
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.238.729	1.655.231
Outras Obrigações		2.112.139	1.141.766
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.072	3.051
Sociais e Estatutárias		1.018	11.830
Fiscais e Previdenciárias	15	32.609	35.277
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	104.365	8.253
Diversas	16	1.971.075	1.083.355
Passivo Exigível a Longo Prazo		3.788.874	3.955.639
Depósitos		370.842	-
Depósitos Interfinanceiros	14.a	370.842	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.419.937	2.012.477
Recursos de Aceites Cambiais		519.796	422.263
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.900.141	1.590.214
Outras Obrigações		998.095	1.943.162
Fiscais e Previdenciárias	15	221.762	277.646
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	70.950	64.853
Diversas	16	705.383	1.600.663
Resultados de Exercícios Futuros		-	4
Resultados de Exercícios Futuros		-	4
Patrimônio Líquido	18	1.169.014	1.330.657
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		216.259	345.432
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(32.470)	-
Total do Passivo		<u>9.650.810</u>	<u>10.052.216</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receitas da Intermediação Financeira		925.180	868.165
Operações de Crédito		547.709	559.330
Operações de Arrendamento Mercantil		339.868	403.304
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		48.832	32.290
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	(27.522)	(144.124)
Resultado das Aplicações Compulsórias		16.293	17.365
Despesas da Intermediação Financeira		(708.027)	(868.509)
Operações de Captação no Mercado		(312.088)	(416.521)
Operações de Arrendamento Mercantil		(293.061)	(356.395)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(102.878)	(95.593)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		217.153	(344)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(89.369)	(43.706)
Receitas de Prestação de Serviços		3.971	3.131
Rendas de Tarifas Bancárias	20	29.097	27.490
Despesas de Pessoal		(15.811)	(13.393)
Outras Despesas Administrativas	21	(72.067)	(53.288)
Despesas Tributárias		(8.083)	(4.514)
Outras Receitas Operacionais	22	24.069	30.224
Outras Despesas Operacionais	23	(50.545)	(33.356)
Resultado Operacional		127.784	(44.050)
Resultado não Operacional	24	12.511	14.746
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		140.295	(29.304)
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(59.422)	9.104
Provisão para Imposto de Renda		(15.556)	3.809
Provisão para Contribuição Social		(36.759)	(16.775)
Ativo Fiscal Diferido		(7.107)	22.070
Participação dos Empregados no Lucro		(2.174)	(533)
Lucro Líquido (Prejuízo)		78.699	(20.733)
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		194.800	(51.319)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		448.152	24.845	341.320	-	-	814.317
Aumento de Capital	2	537.073	-	-	-	-	537.073
Prejuízo Líquido		-	-	-	-	(20.733)	(20.733)
Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízos		-	-	(20.733)	-	20.733	-
Saldos em 30 de Junho de 2016		985.225	24.845	320.587	-	-	1.330.657
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		985.225	28.806	318.754	(5.261)	-	1.327.524
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(27.209)	-	(27.209)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(210.000)	-	-	(210.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	78.699	78.699
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	3.935	-	-	(3.935)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	74.764	-	(74.764)	-
Saldos em 30 de Junho de 2017		985.225	32.741	183.518	(32.470)	-	1.169.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido (Prejuízo)		78.699	(20.733)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo)		103.609	(3.450)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	102.878	95.593
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(9.651)	(99.121)
Depreciações e Amortizações		504	461
Provisão (Reversão) de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	19.435	9.308
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(7.231)	(7.272)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(2.271)	(2.419)
Outros		(55)	-
Variações em Ativos e Passivos		391.876	476.380
Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		181.952	93.015
Redução em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		173.589	849.828
Aumento em Depósitos no Banco Central		(4.939)	(16.720)
Redução em Outros Créditos		16.551	70.103
Redução em Outros Valores e Bens		7.975	24.379
Redução em Depósitos		(181.596)	(555.815)
Aumento em Outras Obrigações		250.990	79.355
Redução em Resultados de Exercícios Futuros		(4)	-
Imposto Pago		(52.642)	(67.765)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		574.184	452.197
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(122)	(21)
Aplicações no Intangível		(293)	(259)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(415)	(280)
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		1.046.284	1.159.467
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(1.165.543)	(1.535.050)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	(293.154)	(43.083)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(412.413)	(418.666)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		161.356	33.251
Caixa e Equivalentes de Caixa Advindo de Incorporação de Sociedade	2	-	32.040
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	4	40.621	169.359
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	201.977	234.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	
Receitas da Intermediação Financeira		925.180	868.165	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas				
Bancárias		33.068	30.621	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(102.878)	(95.593)	
Outras Receitas e Despesas		(13.965)	11.614	
Despesas da Intermediação Financeira		(605.149)	(772.916)	
Insumos de Terceiros		(71.141)	(52.504)	
Serviços de Terceiros		(21.469)	(18.461)	
Outros		(49.672)	(34.043)	
Valor Adicionado Bruto		165.115	(10.613)	
Retenções:				
Depreciações e Amortizações		(504)	(461)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		164.611	(11.074)	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal		15.435	11.714	-105,8%
Remuneração		11.227	8.040	
Benefícios		2.354	2.082	
FGTS		965	795	
Outras		889	797	
Impostos, Taxas e Contribuições		70.055	(2.379)	21,5%
Federais		66.657	(5.960)	
Municipais		3.398	3.581	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		422	324	-2,9%
Remuneração de Capitais Próprios		78.699	(20.733)	187,2%
Reinvestimentos de Lucros (Prejuízo do Período)		78.699	(20.733)	
Total		164.611	(11.074)	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 11 de agosto de 2017.

Na AGE de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação reversa da RCI CFI, anteriormente controladora integral do Banco RCI Brasil, resultou na sua extinção e foi sucedida pelo Banco RCI Brasil em todos os seus bens, direitos e obrigações. Na incorporação, foi aumentado o capital social do Banco RCI Brasil no valor de R\$537.073, mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus acionistas na mesma proporção da participação que detinham na RCI CFI.

A incorporação teve por base os valores contábeis da RCI CFI na data-base de 31 de dezembro de 2015, conforme laudo de avaliação resumido abaixo:

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	8.115.007
Disponibilidades	32.040
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	369.066
Relações Interfinanceiras	264.484
Operações de Crédito	7.013.151
Outros Créditos	361.649
Outros Valores e Bens	74.617
Permanente	818.753
Investimentos	814.317
Imobilizado de Uso e Intangível	4.436
Total do Ativo	8.933.760
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	7.582.365
Depósitos	2.022.538
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.397.052
Outras Obrigações	1.162.775
Resultado de Exercícios Futuros	5
Total do Passivo	7.582.370
Patrimônio Líquido	1.351.390
(-) Investimentos	(814.317)
Acervo Líquido Incorporado	537.073

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

f) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;

b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e

c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Banco RCI Brasil optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito e arrendamento mercantil estão sendo integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

h.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

h.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das informações trimestrais, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciários

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco RCI Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às informações trimestrais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas informações trimestrais.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações trimestrais são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016	31/12/2015
Disponibilidades	40.937	23.610	37.084	6.175
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	161.040	17.011	197.566	163.184
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	161.040	17.011	197.566	163.184
Total	201.977	40.621	234.650	169.359

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Resumo da Carteira por Categorias

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Valor de Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	476.868	(24)	476.844	291.262
Títulos Públicos	92.158	(24)	92.134	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	92.158	(24)	92.134	-
Títulos Privados	384.710	-	384.710	291.262
Cotas - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	253.553	-	253.553	223.297
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	67.959	-	67.959	67.965
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽²⁾	63.198	-	63.198	-
Total	476.868	(24)	476.844	291.262
Circulante			253.553	223.297
Longo prazo			223.291	67.965

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Abertura por Vencimento

	Sem Vencimento	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda	253.553	92.134	67.959	63.198	476.844
Títulos Públicos	-	92.134	-	-	92.134
LTN	-	92.134	-	-	92.134
Títulos Privados	253.553	-	67.959	63.198	384.710
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	253.553	-	-	-	253.553
FIDC RCI Brasil I ⁽²⁾	-	-	67.959	-	67.959
FIDC RN Brasil ⁽²⁾	-	-	-	63.198	63.198
Total	253.553	92.134	67.959	63.198	476.844

(1) Referem-se a cotas Sênior e Subordinadas.

(2) Referem-se a cotas Subordinadas.

Para a abertura por vencimento da LFT e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
I) "Swap"						
Ativo	2.071.706	2.071.706	2.075.234	5.322.977	5.322.977	5.360.895
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.071.706	2.071.706	2.075.234	5.322.977	5.322.977	5.360.895
Passivo	(2.098.699)	(2.098.699)	(2.138.293)	5.295.632	(5.295.632)	(5.379.825)
Taxa de Juros Pré - Reais	(2.098.699)	(2.098.699)	(2.138.293)	5.295.632	(5.295.632)	(5.379.825)
"Swap" - Negociação			(63.059)			(18.930)
II) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	3.228.746	3.228.746	3.256.162	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	3.228.746	3.228.746	3.256.162	-	-	-
Passivo	(3.239.282)	(3.239.282)	(3.365.180)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	(3.239.282)	(3.239.282)	(3.365.180)	-	-	-
"Hedge" de Fluxo de Caixa - Disponível para Venda			(109.018)			-
Total Diferencial a Receber			3.238			54.176
Circulante			2.710			49.178
Longo prazo			528			4.998
Total Diferencial a Pagar			(175.315)			(73.106)
Circulante			(104.365)			(8.253)
Longo prazo			(70.950)			(64.853)
III) Objeto de "Hedge" - Valor da Curva						30/06/2017
Passivo						(3.532.575)
Depósitos (Nota 14.a)						(275.476)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI) ⁽¹⁾						(275.476)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.b)						(3.257.099)
Letras de Câmbio - LC ⁽¹⁾						(454.611)
Letras Financeiras - LF ⁽¹⁾						(2.802.488)

(1) São operações com vencimentos entre agosto de 2017 e outubro de 2019, cujos objetos de "hedge" são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, letras de câmbio - LC e letras financeiras - LF.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 30 junho de 2017, o valor referencial das operações de "swap" foram registradas na Cetip, das quais, R\$743.802 até 3 meses (30/06/2016 - R\$1.203.261), R\$1.183.473 de 3 a 12 meses (30/06/2016 - R\$2.139.097) e R\$144.431 acima de 12 meses (30/06/2016 - R\$1.980.619). Nas operações de "hedge" R\$317.378 possuem vencimento até 3 meses, R\$1.127.180 possuem vencimento de 3 a 12 meses e R\$1.784.188 acima de 12 meses.

Foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$27.522 no período (30/06/2016 - R\$144.124). O ajuste ao valor de mercado da operação de "hedge" de fluxo de caixa no montante de R\$58.187 está registrado no patrimônio líquido.

6. Relações Interfinanceiras

O saldo de R\$287.376 (30/06/2016 - R\$281.204) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições:

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de junho de 2017 não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(261)	(6.348)	(12.471)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	-	(3)	(5)
Total ⁽¹⁾		(261)	(6.351)	(12.476)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	30/06/2017	30/06/2016
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	957.203	1.081.897
Arrendamentos a Receber	324.479	368.735
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	632.724	713.162
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(311.392)	(353.163)
Valores Residuais a Balancear	(632.724)	(713.162)
Outros Valores e Bens	1.179	851
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	2.042.671	2.399.359
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.323.531)	(1.588.214)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	733.406	827.568
Circulante	356.572	408.923
Longo Prazo	376.834	418.645

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$223.797 (30/06/2016 - R\$254.329).

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Vencidas	9.407	12.651
A Vencer:		
Até 1 Ano	390.954	447.206
De 1 a 5 Anos	554.546	616.748
Acima de 5 Anos	2.296	5.292
Total	957.203	1.081.897

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Carteira de Arrendamento a Valor Presente		
Vencidas	7.720	10.529
A Vencer:		
Até 1 Ano	356.572	408.923
De 1 a 5 Anos	368.252	406.387
Acima de 5 Anos	862	1.729
Total	733.406	827.568

c) Carteira de Créditos

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Vendor	943.018	903.477
Financiamentos - CDC Veículos	4.390.231	4.892.001
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	843.439	522.851
Total	6.176.688	6.318.329
Circulante	3.535.901	3.567.457
Longo Prazo	2.640.787	2.750.872

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Vencidas	53.341	57.463
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.474.122	1.362.124
De 3 a 12 Meses	2.061.779	2.205.333
De 1 a 5 Anos	2.583.525	2.686.163
Acima de 5 Anos	3.921	7.246
Total	6.176.688	6.318.329

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o primeiro semestre de 2017, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's), referente a financiamento de veículos no montante de R\$355.791 (30/06/2016 - R\$161.562 e incorporação de R\$837.270 - Nota 2). Em 30 de junho de 2017 o valor presente das operações cedidas é de R\$843.439 (30/06/2016 - R\$522.851).

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Setor Privado		
Indústria	47.631	40.350
Comércio	1.073.759	1.004.836
Instituições Financeiras	314	53
Serviços e Outros	275.301	230.193
Pessoas Físicas	5.512.542	5.870.056
Agricultura	547	409
Total	6.910.094	7.145.897

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/06/2017		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	88.092	-	88.092	-	-	-
A	0,5%	5.592.949	-	5.592.949	27.965	20.763	48.728
B	1%	535.828	174.243	710.071	7.101	-	7.101
C	3%	185.775	137.624	323.399	9.702	-	9.702
D	10%	18.111	37.190	55.301	5.530	-	5.530
E	30%	21.931	19.153	41.084	12.325	-	12.325
F	50%	95	14.742	14.837	7.419	-	7.419
G	70%	-	12.249	12.249	8.574	-	8.574
H	100%	-	72.112	72.112	72.112	-	72.112
Total		6.442.781	467.313	6.910.094	150.728	20.763	171.491

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/06/2016		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	70.519	-	70.519	-	-	-
A	0,5%	5.615.463	-	5.615.463	28.077	23.764	51.841
B	1%	651.958	205.381	857.339	8.573	-	8.573
C	3%	213.059	163.692	376.751	11.303	-	11.303
D	10%	18.910	46.058	64.968	6.497	-	6.497
E	30%	17.661	22.559	40.220	12.066	-	12.066
F	50%	361	20.127	20.488	10.244	-	10.244
G	70%	-	14.170	14.170	9.919	-	9.919
H	100%	3.219	82.760	85.979	85.979	-	85.979
Total		6.591.150	554.747	7.145.897	172.658	23.764	196.422

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Saldo Inicial	178.820	15.508
Constituição (Reversão)	102.878	95.593
Baixas	(110.207)	(81.267)
Incorporação (Nota 2)	-	166.588
Saldo Final	171.491	196.422
Circulante	75.237	83.941
Longo Prazo	96.254	112.481

Foram recuperados no semestre, créditos no valor de R\$9.346 (30/06/2016 - R\$6.829), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de arrendamento mercantil. No semestre findo em 30 de junho de 2017 não houve renegociações.

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	125.136	31.892	(23.165)	133.863
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	5.274	1.396	(63)	6.607
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	23.897	2.853	2.020	28.770
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	2.720	620	(32)	3.308
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	17.672	-	(2.627)	15.045
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	1.916	-	(238)	1.678
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	17.472	21.554	-	39.026
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	2.028	2.557	-	4.585
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.111	978	(1.499)	590
Outras Provisões Temporárias	15.476	-	(1.126)	14.350
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	212.702	61.850	(26.730)	247.822
Prejuízos Fiscais	125.178	-	(18.354)	106.824
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	337.880	61.850	(45.084)	354.646
Circulante	76.986			89.742
Longo Prazo	260.894			264.904

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.163	119.411	20.982	(8.787)	140.769
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Cíveis	1.318	4.505	204	(266)	5.761
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.252	6.042	3.211	109	20.614
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Trabalhistas	44	1.118	245	(106)	1.301
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos					
para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.397	25.441	-	26.838
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos					
para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	152	2.756	-	2.908
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	-	1.961	240	(1.584)	617
Outras Provisões Temporárias	724	16.387	401	-	17.512
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças					
Temporárias	22.501	150.973	53.480	(10.634)	216.320
Prejuízos Fiscais	154.940	-	-	(18.019)	136.921
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	177.441	150.973	53.480	(28.653)	353.241
Circulante	13.395				85.528
Longo Prazo	164.046				267.713

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias				Prejuízos Fiscais	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins			
2017	22.256	17.805	878	488	41.427	
2018	52.708	42.166	1.756	-	96.630	
2019	37.515	22.141	1.336	17.568	78.560	
2020	19.020	11.412	917	23.753	55.102	
2021	7.387	4.432	917	27.909	40.645	
2022 a 2024	2.948	1.769	459	37.106	42.282	
Total	141.834	99.725	6.263	106.824	354.646	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$301.168 (30/06/2016 - R\$282.384), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

10. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2017	30/06/2016
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	153.674	141.317
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.377	949
Outros	18.193	16.211
Impostos e Contribuições a Compensar	7.720	3.317
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 19.e)	24.770	68.094
Outros	8.123	3.033
Total	213.857	232.921
Circulante	40.521	12.012
Longo Prazo	173.336	220.909

11. Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	30/06/2017		30/06/2016	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.371	(632)	739	573
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(81)	34	46
Sistemas de Processamento de Dados	648	(461)	187	259
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.148	(334)	814	877
Outras	6	-	6	3
Total	3.288	(1.508)	1.780	1.758

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	30/06/2017	30/06/2016
Veículos e Afins	1.974.328	2.320.474
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(819.370)	(1.017.216)
Superveniências de Depreciações	886.885	1.095.102
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	799	970
Total	2.042.671	2.399.359

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Em 30 de junho de 2017 foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$75.130 (30/06/2016 - R\$103.887), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.881 (30/06/2016 - R\$5.540) como custo de aquisição e R\$3.652 (30/06/2016 - R\$3.040) de amortização acumulada.

14. Captação de Recursos
a) Depósitos

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	687.581	100.465	370.842	1.158.888	1.465.857
Total	687.581	100.465	370.842	1.158.888	1.465.857
Circulante				788.046	1.465.857
Longo Prazo				370.842	-

(1) Inclui o valor de R\$275.476 de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽⁴⁾	239.077	311.905	519.796	1.070.778	923.212
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽³⁾	152.062	1.086.667	1.900.141	3.138.870	3.245.445
Total	391.139	1.398.572	2.419.937	4.209.648	4.168.657
Circulante				1.789.711	2.156.180
Longo Prazo				2.419.937	2.012.477

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 104% do CDI (100% a 104% do CDI em 30/06/2016).

(2) As principais características das Letras Financeiras são Prazo mínimo de dois anos, valor nominal de R\$3.037 e permissão para que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Possuem prazo de vencimento até Janeiro de 2020.

(3) Em 30 de junho de 2017, incluí o valor de R\$2.802.488 de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

(4) Em 30 de junho de 2017, incluí o valor de R\$454.611 de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Tributos Diferidos	221.774	281.524
Impostos e Contribuições a Pagar	2.684	2.225
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	29.913	29.174
Total	254.371	312.923
Circulante	32.609	35.277
Longo Prazo	221.762	277.646

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	391	-	(391)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	43	-	(43)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	889	-	(842)	47
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	103	-	(97)	6
Superveniência de Arrendamento Mercantil	240.504	-	(18.783)	221.721
Total	241.930	-	(20.156)	221.774

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	53.000	-	(46.016)	6.984
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	5.744	-	(4.987)	757
Superveniência de Arrendamento Mercantil	299.747	-	-	(25.971)	273.776
Comissões Diferidas	48	37	-	(78)	7
Total	299.795	58.781	-	(77.052)	281.524

16. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2017	30/06/2016
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	1.323.531	1.588.214
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	23.892	16.622
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 17.b)	120.180	104.642
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	364.067	427.036
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 19.e)	761.810	485.779
Outras	82.978	61.725
Total	2.676.458	2.684.018
Circulante	1.971.075	1.083.355
Longo Prazo	705.383	1.600.663

(1) Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas".

17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciários
a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	120.180	104.642
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	23.892	16.622
Ações Trabalhistas	7.970	3.063
Ações Cíveis	15.922	13.559
Total	144.072	121.264

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	110.780	6.476	12.559
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	5.319	1.494	6.514
Atualização Monetária	6.108	-	-
Pagamentos	(2.027)	-	(3.151)
Saldo Final	120.180	7.970	15.922
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	153.674	1.377	-

	01/01 a 30/06/2016		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	32.550	102	3.066
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	2.589	475	3.111
Atualização Monetária	3.133	-	-
Pagamentos	(316)	-	(2.631)
Incorporação	66.686	2.486	10.013
Saldo Final	104.642	3.063	13.559
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	141.317	949	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - PIS e Cofins - R\$12.884 (30/06/2016 - R\$11.992): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$101.242 (30/06/2016 - R\$92.629): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$47.573 para ações cíveis, R\$2.913 para ações trabalhistas e R\$30.043 para ações fiscais (30/06/2016 - R\$53.480, R\$4.261 e R\$27.551, respectivamente). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "b", "c" e "d".

18. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 30 de junho de 2017 e 2016 o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017, foi aprovado a distribuição de dividendos com base na Reserva para Reforço do Capital de Giro no montante de R\$210.000 (R\$494,53 para ações ordinárias e R\$543,98 para ações preferenciais, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

Em 30 de novembro de 2016, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$97.828 (R\$230,37 para ações ordinárias e R\$253,41 para ações preferenciais, em reais por ação), correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R\$83.154 (R\$195,82 para ações ordinárias e R\$215,40 para ações preferenciais, em reais por ação), atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2016, e foram pagos em 16 de janeiro e 16 de fevereiro de 2017.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

19. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2017 foi fixado o valor máximo de R\$3.424 (2016 - R\$3.436). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI e no Banco Santander.

b) Benefícios de Curto Prazo

<u>Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2016</u>
Remuneração Fixa	756	526
Remuneração Variável	218	-
Outras	472	508
Total	1.446	1.034

Adicionalmente, em 30 junho de 2017 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$487 (30/06/2016 - R\$259).

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2017	30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Disponibilidades	40.937	37.084	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	40.937	37.084	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	56.000	90.047	1.434	6.459
Banco Santander ⁽³⁾	56.000	90.047	1.434	6.459
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	384.710	291.262	36.624	17.517
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	253.553	223.297	12.275	14.738
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	67.959	67.965	8.723	2.779
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	63.198	-	15.626	-
Operações de Crédito	848.595	529.287	37.288	34.171
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	1.923	2.687	12.751	16.784
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	529	699	2.972	3.578
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.704	3.050	21.565	13.809
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	470.045	522.851	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	373.394	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ^{(6) (10)}	28.190	70.647	154.564	181.420
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	20.871	63.557	124.841	140.197
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	7.319	4.797	29.399	41.004
Banco Santander ⁽³⁾	-	28	-	-
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	2.227	-	-
Administradora de Consórcio RCI Brasil ⁽⁸⁾	-	38	324	219

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2017	30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Depósitos Interfinanceiros	(883.411)	(907.003)	(39.322)	(68.522)
Banco Santander ⁽³⁾	(883.411)	(907.003)	(39.322)	(68.522)
Recursos de Aceites Cambiais	(441.866)	(369.391)	(27.370)	(22.562)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(366.761)	(369.391)	(23.055)	(22.562)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(64.614)	-	(3.981)	-
Renault do Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	(10.491)	-	(334)	-
Letras Financeiras	-	(189.451)	(490)	(17.952)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(189.451)	(490)	(17.952)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(11.326)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	-	(11.326)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(20.611)	(17.960)	(27.669)	(23.569)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(4.806)	(4.952)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(1) (5)}	(8.931)	(8.286)	(9.398)	(11.333)
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	(1.811)	-	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	(237)	-	(1.083)	(379)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(60)	(18)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(11.443)	(7.863)	(12.322)	(6.887)
Outras Obrigações - Diversas	(761.845)	(485.908)	(278)	(282)
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(268)	(272)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(10)	(10)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(21)	(125)	-	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(14)	(4)	-	-
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	(761.810)	(485.779)	-	-

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.
 (2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.
 (3) Controladores da Companhia (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).
 (4) Coligadas da controladora RCI Banque.
 (5) Subsidiária do controlador Banco Santander.
 (6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.
 (7) Controlada - Banco Santander Espanha
 (8) Controladas da controladora RCI Banque
 (9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas
 (10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

20. Rendas de Tarifas Bancárias

Em 30 de junho de 2017 estão representadas, substancialmente, por tarifas de cadastro em operações de crédito no valor de R\$26.037 no período (30/06/2016 - R\$25.432).

21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016
Serviços do Sistema Financeiro	11.679	10.793
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	21.469	18.460
Propaganda e Publicidade	16.193	4.865
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos (Nota 19.d)	9.398	11.333
Serviços de Processamento de Dados	6.268	2.558
Transportes e Viagens	1.132	-
Outras	5.928	5.279
Total	72.067	53.288

22. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	1.204	850
Atualização de Depósitos Judiciais	7.231	7.272
Atualização de Impostos a Compensar	2.271	2.419
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.235	1.783
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	11.173	11.290
Reversão PIS/COFINS - MtM Derivativos	-	4.128
Outras	955	2.482
Total	24.069	30.224

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de crédito.

23. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	17.681	12.091
Provisões Operacionais		
Fiscais	4.903	123
Cíveis (Nota 17.c)	6.514	3.111
Trabalhista (Nota 17.c)	1.494	475
Gastos com Contratos em Atraso	5.897	7.923
Atualização Monetária Contingência Fiscal	6.108	6.670
Outras	7.948	2.963
Total	50.545	33.356

24. Resultado não Operacional

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2016
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	12.530	14.986
Ganhos/Perdas de Capital	(74)	(240)
Dividendos Prescritos	55	-
Total	12.511	14.746

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	140.295	(29.304)
Participações no Lucro	(2.174)	(533)
Resultado antes dos Impostos	138.121	(29.837)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽¹⁾	(62.154)	13.427
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.813	4.711
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais ⁽¹⁾	(14.046)	-
Demais Ajustes	13.965	(9.034)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(59.422)	9.104

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018

26. Eventos Subsequentes

Na AGE realizada em 14 de julho de 2017 foi aprovado o pagamento dos dividendos no valor de R\$108.000 (R\$254,33 para ações ordinárias e R\$279,76 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro.

Na AGE realizada em 14 de julho de 2017 foi aprovada a proposta da Diretoria Executiva de distribuição de juros sobre o capital próprio do Banco RCI Brasil, no montante bruto de R\$44.000 (R\$103,62 para ações ordinárias e R\$113,98 para ações preferenciais, em reais por ação), que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$37.400 (R\$88,07 para ações ordinárias e R\$96,88 para ações preferenciais, em reais por ação).

27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as informações trimestrais do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dominique Edmond Pierre Signora

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Géraud Henri Louis Lecerf
Marcus Alexandre Flores Manduca
Patrick Jean Michel Claude

Suplente do Presidente do Conselho

Alain Gérard Ballu

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Conrado Engel
Frederic Schneider
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Thomas Gregor Ilg

DIRETORIA

Diretor Presidente

Géraud Henri Louis Lecerf

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Diretor de Risco

Diogo Novo Cesarino

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP-269858/O-6

RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para Opinião com ressalva” abaixo, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência e insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 3 h.4). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado líquido e do patrimônio líquido, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios

definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2